



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental

MEMÓRIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONASQ

Data: 04 de novembro de 2025.

Local: Sala 824, sede do MMA, Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF

Coordenação da Reunião: Aristeu Júnior (MS)

Relatoria: Daniele Procópio (MMA)

1. Abertura e aprovação da pauta:

A *Sr. Thaianne Resende, Diretora de Qualidade Ambiental do MMA*, abriu a reunião, dando boas-vindas a todos.

Fez um breve histórico das atividades da Comissão no ano de 2025: foram constituídos 8 grupos de trabalho (GT) – GT BRS, RoHS, Minamata, Educação, Substâncias Químicas em Plásticos, Regulação, P2R2, Chumbo.

Os GTs RoHS, Substâncias Químicas em Plásticos e Regulação foram encerrados porque concluíram seus mandados com êxito. Os demais estão conduzindo importantes atividades com formulação de estratégias para o aperfeiçoamento da gestão de substâncias químicas no Brasil.

Além disso, a minuta de decreto regulamentador da Lei nº 15.022/24 foi escrita pela Conasq junto com diversos colaboradores, estando agora cumprindo os trâmites para ser submetida para a Casa Civil.

A proposta de Resolução Conama da RoHS também foi finalizada e encaminhada para o Conama, onde também está seguindo o fluxo para ser aprovada pelo Conselho.

No âmbito do GT-Plásticos, foi concluído o levantamento das regulações vigentes sobre substâncias químicas em plásticos, adicionando as portarias do Inmetro ao levantamento já compilado com as normas da Anvisa no mandato anterior do GTT.

A *Diretora* informou, ainda, que foi publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho a Portaria de Pessoal MMA/MMA Nº 924, de 9 de outubro de 2025, formalizando a alteração de alguns representantes da Conasq.

Em seguida, passou-se à aprovação da pauta.

Os convites com a pauta foram enviados no dia 21 de novembro e reencaminhados no dia 27 de novembro, com adição de quatro novos pontos e informes: COP 6 de Minamata, UNEA (United Nations Environment Assembly), Aprovação do Grupo de Trabalho Temporário dos Estados para Implementação Projeto PCB Responsável e Comitê de Assessoramento do Pronara - Indicação de membros da Sociedade Civil.

Além disso, foi retirado o item referente ao OEWG do GFC, o qual já havia sido reportado durante a 5ª reunião ordinária da Conasq.

Com isso, a pauta foi aprovada sem alterações adicionais.

2. Aprovação da Memória da 4ª Reunião Ordinária

A *Diretora* informou que as minutas de memória pendentes foram encaminhadas em três momentos diferentes:

- 19/11: foram encaminhadas as minutas de memória da 2ª reunião extraordinária e da 4ª reunião extraordinária;
- 27/11: foi encaminhada a minuta de memória da 5ª reunião ordinária;
- 28/11: foi encaminhada a minuta de memória da 3ª reunião extraordinária.

Foram recebidos comentários do representante do MTE e do MDIC, solicitando pequenas correções. As alterações foram feitas e os documentos reencaminhados aos membros da Conasq.

Não havendo comentários adicionais, as memórias foram aprovadas sem novas alterações de redação.

3. Relatos

3.1 COP 6 Minamata

A 6ª Conferência das Partes (COP) da Convenção de Minamata ocorreu entre 03 e 07 de novembro, em Genebra, na Suíça.

A representante do Ministério das Relações Exteriores, *Juliane Becker*, fez o relato dos principais acontecimentos da Conferência.

De acordo com a representante do MRE, a delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador Tovar da Silva Nunes, representante permanente do Brasil em Genebra.

Na ocasião, foi aprovado o acordo sobre eliminação das amalgamas dentárias com prazo até 2034 e previsão para futura revisão na COP-12 sobre a exceção que foi criada, relacionada ao uso de amalgamas dentárias quando julgado necessário pelos dentistas, baseado nas necessidades do paciente. Esse foi um pleito dos países desenvolvidos que recebeu apoio do grupo africano. O Brasil estava disposto a aceitar um *phase-out* até 2030, sem exceção.

Foi adotada decisão sobre a mineração artesanal e de pequena escala de ouro (ASGM), com a incorporação de referências explícitas às responsabilidades de compradores e intermediários ao longo da cadeia global do ouro. A inclusão do princípio de responsabilidades compartilhadas representou uma conquista relevante dos países em desenvolvimento. Nesse contexto, foi aprovada a emenda sobre rastreabilidade do ouro, decorrente de proposta apresentada pelo Brasil, que estabelece a responsabilização de compradores e intermediários, além de promover uma transição justa para as comunidades que dependem dessa atividade.

O Brasil foi eleito para o Comitê de Implementação e Cumprimento (Implementation and Compliance Committee – [IIC](#), em inglês), representado por João Paulo de Sousa Vieira, com mandato até o encerramento da COP de 2027.

Além disso, o Brasil apresentou, em conjunto com o MME, as ações em curso para a implementação do art. 7º da Convenção. Considerando que o País declarou a existência de mineração artesanal e em pequena escala mais do que insignificante, é necessária a elaboração de um Plano de Ação Nacional. Esse plano está sendo elaborado no âmbito do [Projeto Ouro sem Mercúrio](#), cujo primeiro produto publicado é o Panorama Nacional da Mineração Artesanal e em Pequena Escala (MAPE) de Ouro no Brasil, que foi a base técnica para o plano de ação.

Outras medidas nacionais foram apresentadas para mostrar o esforço nacional para implementação da Convenção.

Também foi acordado o ampliação do escopo de financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – [GEF](#), em inglês) para atividades relacionadas à Convenção de Minamata, para incluir o monitoramento da exposição humana e das concentrações ambientais de mercúrio.

3.2 UNEA (United Nations Environment Assembly)

A sétima sessão da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA-7) ocorrerá de 8 a 12 de dezembro de 2025 na sede PNUMA, em Nairóbi, Quênia.

Foi dada a palavra à *representante do Ministério das Relações Exteriores, Juliane Becker*, para fazer um relato sobre o que já está acontecendo.

A representante do MRE explicou que a UNEA é o mais alto órgão de tomada de decisão em matéria ambiental no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). A UNEA reúne todos os países membros a cada dois anos para definir prioridades da agenda ambiental global, tendo sua última edição ocorrido em 2024. A partir da UNEA já foram estabelecidos diversos mandatos relevantes, como a criação do Comitê Intergovernamental de Negociação sobre Plásticos ([INC](#)) e a iniciativa de criação de um painel político-científico sobre substâncias químicas, resíduos e poluição ([ISP-CWP](#)).

Antecedendo a UNEA, ocorreu, entre 1º e 5 de dezembro, a sétima sessão do Comitê Aberto de Representantes Permanentes ([OECPR-7](#)). Esse Comitê é responsável pela preparação dos documentos e projetos de resolução que foram submetidos à apreciação da Assembleia. Além disso, constitui o espaço para que os países avaliem os avanços alcançados, por meio da apresentação e discussão de relatórios.

Durante a UNEA-7 deverá ocorrer, além da discussão de temas relacionados ao orçamento, a abordagem de temas diversos, tais como corais, glaciais, resistência microbiana, produtos químicos e resíduos, questões florestais, inteligência artificial, sargaço, crimes ambientais e minerais. Alguns desses temas são não usuais, mas os documentos preparados apresentam alto nível de detalhamento.

A *representante do MRE* destacou que existe uma percepção ampla de que, depois do que aconteceu com o acordo sobre plásticos – não aprovação do acordo por falta de consenso –, os países se mostram mais cautelosos. A questão orçamentária da ONU também é preocupante e existe um certo receio em assumir mandatos cujas negociações se estenderiam por muito tempo.

Finalizado o relato, a *representante da Toxisphera, Zuleica Nycz*, comentou que a reunião referente ao tratado de plástico está prevista para acontecer no dia 07/02, com o objetivo de eleger o *chair*. Questionou qual a perspectiva do Brasil sobre isso e se há posição sobre a intenção de resumir o escopo do tratado.

A representante do Ministério das Relações Exteriores, *Juliane Becker*, explicou que será uma reunião curta, apenas para eleger o *chair*. Após a última reunião do INC [5.2](#), o Grupo de Países da América Latina e Caribe (GRULAC) se reuniu e avaliou seguir a proposta para incluir a questão da substâncias químicas em plástico dentro das Convenções BRS. Há possibilidade de levar essa discussão para a UNEA.

A representante do Ministério das Relações Exteriores, *Juliane Becker*, informou que o MRE não discutiu sobre a diminuição do escopo, mas não há clareza de como o processo seguirá. O novo *chair* informará se haverá novo momento para tratar do assunto.

O representante da Fundação Grupo Esquel Brasil, *Rubens Born*, questionou como a Conasq se envolveria nos próximos passos.

A Diretora de Qualidade Ambiental, explicou que seria necessário aguardar para entender o que seria demandado.

3.3 GT Minamata

Foi dada a palavra à Coordenadora-Geral de Segurança Química do MMA, *Camila Boechat*, para fazer um relato das atividades do GT.

A Coordenadora-Geral de Segurança Química lembrou que GT Minamata se reuniu quatro vezes em 2025.

A 7ª Reunião (27/08) trouxe atualizações das ações do Avaliação Inicial da Convenção de Minamata (MIA), a apresentação do Plano de Mitigação dos Impactos do Mercúrio na Amazônia pela WWF e do desenvolvimento do Plano Nacional de Ação para a Mineração Artesanal de Pequena Escala (MAPE), feito pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Foi apresentado também a reestruturação do processo de atualização do Inventário Nacional de Emissões de Mercúrio e discutida a preparação brasileira para a COP da Convenção, incluindo proposta de *Conference Room Paper* (CRP) para monitoramento em terras indígenas.

A 8ª Reunião (16/10) concentrou-se na preparação final para a COP de Minamata, com a definição de posições brasileiras e organização dos *side events*. A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) apresentou o panorama da cadeia de fornecimento de mercúrio para mineração ilegal, e as entidades da sociedade civil – Toxisphera e ACPO – apresentaram propostas de emendas à Convenção sobre transporte global e mercúrio no garimpo.

A Coordenadora-Geral de Segurança Química destacou que, no conjunto, as reuniões de 2025 fortaleceram a articulação nacional para implementação da Convenção, avançaram nos projetos estratégicos, acompanharam atividades de monitoramento ambiental em terras indígenas Yanomami, e novos projetos voltados para monitoramento nas terras Kaiapó e Munduruku.

A Coordenadora-Geral de Segurança Química disse que foi um ano intenso de muitos progressos e resultados.

A representante do MME, *Mariana de Araújo*, explicou que o trabalho do plano de MAPE foi realizado no âmbito do GEF, com uma consultoria contratada. Foi feito o panorama sobre a MAPE do ouro no Brasil, pois não havia dados. O MME entrou como coordenador, mas o trabalho foi feito pelos consultores, estando disponível no site do programa [Ouro Sem Mercúrio](#). Junto com este panorama foi entregue uma minuta do plano de ação nacional.

O plano de ação nacional é governamental e setorial. Por isso, a minuta entregue pelos consultores precisa ser internalizada e avaliada, trabalho que vem sendo executado pelo MME por meio da Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. Com isso, será possível avaliar quais aspectos são correlatados com o que o governo almeja para a mineração artesanal em pequena escala e com o que a Convenção de Minamata presa.

Finalizada essa etapa de internalização, o documento será submetido à consulta pública e à Consaq.

Conforme a representante do MME, Mariana de Araújo, explicou, foi instituído o Conselho Nacional de Pesquisa Mineral (CNPM), o qual conta com vários ministérios e grupos de trabalho (GT). Um dos GTs é sobre sustentabilidade, sendo a questão da MAPE um dos pontos tratados. Será feito convite para participação da sociedade civil nas atividades.

A representante da Toxisphera, Zuleica Nycz, disse que gostaria de saber os critérios para participação da sociedade civil. Sobre a consulta pública, falou que, do ponto de vista sociológico, não substitui a participação da sociedade civil na construção do plano. Comentou que a consulta pública nem sempre é uma via de mão dupla, por vezes não havendo garantia de que o que foi sugerido será aceito.

A representante do MME, Mariana de Araújo, explicou, que, por isso, existem as instâncias do CNPM e da Conasq.

A Diretora de Qualidade de Ambiental reconheceu que um plano de ação precisa ter essa abertura para participação e agradeceu pelos esforços.

A Diretora de Qualidade de Ambiental destacou que o plano de ação para MAPE não foi entregue na COP de Minamata. O Governo foi muito criticado e cobrado, mas o tempo já está esgotado e a ideia agora é fazer bem-feito, sem pressa. Concordou que só consulta pública não seria suficiente. O GT Minamata poderia ser a instância de articulação.

A Diretora de Qualidade de Ambiental reforçou que o plano da MAPE diz respeito à mineração legalizada; a ilegal é endereçada por operações de fiscalização e desintrusão.

A representante do MME, Mariana de Araújo, reforçou a fala da Diretora. Explicou que o plano está relacionado à mineração legal ou passível de ser legalizada. O que é ilegal será resolvido na justiça. O MME sustentou a decisão de atrasar a entrega do plano para que fosse possível avaliar a minuta entregue pelos consultores.

O objetivo é encerrar toda a operação de mercúrio, inclusive implementando rastreabilidade e o programa de joias livre de mercúrio. O plano envolve uma cadeia de valor que começa na mineração, mas que termina em ativos financeiros relacionados, principalmente, ao setor de joias.

A representante do Ibama, Mariana Nakashima, agradeceu a coordenação do grupo de trabalho. Disse que a interlocução entre os órgãos tem sido muito importante, engrandecendo as políticas públicas. Lembrou que, para o ano de 2025, ainda é necessário encaminhar relatório para o Secretariado e pediu a colaboração dos órgãos no envio de dados sobre a implementação da Convenção de Minamata.

3.4 GTP Educação

Foi dada a palavra à *representante da Fundacentro e Coordenadora do GT, Patricia Dias*, para fazer um relato das atividades.

A representante afirmou que o grande número de demandas atrapalhou o funcionamento do GT. A Abiquim tem ajudado com a co-coordenação.

A Coordenadora do GT explicou que está havendo reestruturação das questões do grupo de trabalho. Pretende-se colocar em prática algumas ideias de divulgação de atividades da Conasq. Para isso, será solicitado aos demais GTs um levantamento das atividades que estejam relacionados com a segurança química.

Também foi definido que há necessidade de haver um material simples e didático com informações básicas sobre segurança química. Para não ocorrer retrabalho, a *Coordenadora do GT* informou que já está encaminhando e-mail para as agências que já possuem material consolidado sobre o tema, para verificar a possibilidade de utilizá-los.

Será encaminhado e-mail para levantar o interesse de participação dos membros da Conasq e do GT.

A *representante da Abiquim, Camila Hubner*, complementou informando que a elaboração desse manual seria uma grande contribuição da Conasq.

Os representantes da Sociedade Civil na Conasq se colocaram à disposição para ajudar com as atividades do grupo de trabalho.

O *representante da Fundação Grupo Esquel Brasil, Rubens Born*, destacou a importância de conscientizar as organizações não governamentais sobre a segurança química.

A *Diretora de Qualidade Ambiental* destacou o estabelecimento do Painel Intergovernamental Político-Científico sobre Substâncias Químicas, Resíduos e Poluição. Falou que estão sendo criados vários canais para divulgação e geração de conhecimento científico.

Em fevereiro ocorrerá a primeira reunião do Painel, voltada para o estabelecimento de questões administrativas do painel.

O *representante do CFQ, Alexandre Vaz Castro*, comentou que seria lançado, em breve, um edital para apoiar iniciativas na área da química. É um edital para entidades privadas, mas seria uma possibilidade de recurso para estruturar um evento sobre segurança química.

3.5 GTP Chumbo

Foi dada a palavra *Diretora de Qualidade Ambiental* para fazer um relato das atividades.

O Grupo de Trabalho Permanente sobre Chumbo (GT-Chumbo), foi aprovado durante a 4ª Reunião Extraordinária da Conasq. A Diretora agradeceu a flexibilidade de todos para aprovar a formação do GT.

A 1ª Reunião Ordinária do GT-Chumbo ocorreu no dia 2 de dezembro de 2025, em formato exclusivamente online, contando com a participação de 39 pessoas, representando 24 instituições, entre órgãos de governo, associações industriais, organizações da sociedade civil, especialistas e demais interessados no tema.

Durante a reunião, foi realizado um momento de apresentação de expectativas de todos quanto ao novo grupo e, posteriormente, foi aberta a palavra para todos poderem identificar

instituições que poderiam ser convidadas para o grupo de trabalho, no sentido de agregar ainda mais valor ao trabalho do colegiado.

Em continuidade, foi apresentada a proposta de Plano de Ação Nacional para reduzir a contaminação por chumbo, juntamente com a metodologia de elaboração, ambos documentos enviados previamente. O GT iniciou o processo de discussão por eixos do plano.

Como encaminhamento principal da reunião, ficou acordado que as instituições enviariam as considerações sobre o texto do plano de ação até o dia 30 de janeiro, para serem discutidos na próxima reunião do GT-Chumbo prevista para o dia 26 de fevereiro de 2026.

3.6 GTP BRS

Foi dada a palavra à *Chefe de Divisão de Segurança Química, Marília Passos*, para fazer o relato das atividades.

O GTP-BRS se reuniu 5 vezes desde a última reunião da Conasq. Os pontos de pauta que vem sendo discutidos estão relacionados às decisões da última COP-BRS.

O MMA recebeu comunicação do Secretariado da Convenção de Estocolmo divulgando as decisões adotadas durante a 11ª reunião do Comitê de Revisão dos Poluentes Orgânicos Persistentes (POP-RC). O POPRC aprovou o Termo de Referência para a 5ª avaliação da necessidade contínua do uso de PFOS, seus sais e PFOSF para as finalidades aceitáveis e isenções específicas. A última avaliação havia sido na COP de 2023 e próxima ocorrerá na COP de 2027. Nesse contexto, convidou as partes e os observadores a enviar informações relevantes sobre o tema.

O MMA encaminhou ofício repassando essa solicitação aos membros do GT, com convite para colaborar. Essa solicitação também foi encaminhada ao Ibá, Abraisca e Syngenta.

Com base nas contribuições recebidas, uma a minuta do formulário preenchido foi encaminhada aos membros do GT-BRS. Após pequenos ajustes, o formulário será encaminhado ao secretariado da Convenção de Estocolmo.

Em relação ao Clorpirifós, listado na Convenção de Estocolmo este ano, ainda não foi recebido o ofício do secretariado comunicando sobre a decisão.

O Ministério da Agricultura e Pecuária fará os levantamentos dos usos específicos que necessitarão de isenções.

Além das ações relacionadas às decisões da COP, o GT vem tendo reuniões com especialistas e representantes do setor das formigas cortadeiras no país, a fim de entender como está o cenário atual do uso da sulfluramida e de possíveis substitutos.

O representante do MDIC, *Washington Bonini*, comentou que, sobre o clorpirifós, nas discussões pré-COP o setor produtivo apontou necessidades relativas à alimentação animal e lembrou que isso precisa ser considerado.

A representante do MAPA, *Marina Veras*, pontuou que o comunicado oficial sobre a decisão do clorpirifós está demorando. Questionou sobre os prazos, pois o MAPA ainda está fazendo o levantamento das necessidades.

A *Chefe de Divisão de Segurança Química, Marília Passos*, explicou que o MRE fez consulta ao secretariado, que informou que a partir de 1 ano começam a valer as isenções específicas. Tudo o que não estiver dentro das isenções já fica proibido.

A representante do MAPA, Marina Veras, questionou quais seriam os próximos passos em relação ao plano de substituição da sulfluramida, apresentado pelo Ibá.

A Diretora de Qualidade Ambiental explicou que seria agendada uma reunião do grupo de trabalho para tratar do assunto.

3.7 GTP P2R2

Foi dada a palavra Diretora de Qualidade Ambiental para fazer um relato das atividades. O GT-P2R2 foi criado na 4ª reunião ordinária e se reuniu 3 vezes ao longo desse primeiro ano de atuação.

Os pontos de pauta das reuniões envolveram a consolidação das informações do Diagnóstico Nacional do P2R2 e a elaboração da proposta de atualização do Decreto nº 5.098/2004.

As reuniões foram marcadas por uma ampla participação das comissões estaduais do P2R2, compartilhando suas experiências e contribuindo para a elaboração dos documentos.

4. Minuta de Decreto do P2R2

A Diretora de Qualidade Ambiental contextualizou o tema: trata-se da proposta de atualização para o Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (P2R2).

A Diretora ressaltou que esse tema ganha grande visibilidade quando ocorre um acidente, mas, com o passar do tempo, tende a perder prioridade. Por essa razão, é fundamental estruturar de forma permanente as ações de prevenção e preparação, evitando que a atuação dependa apenas de momentos de crise.

A proposta de atualização do Decreto nº 5.098/2004 é produto dos trabalhos conduzidos pelo GT-P2R2, o qual conta com a participação de 33 instituições.

Feita a contextualização, foi dada a palavra à Coordenadora-Geral de Qualidade Ambiental, Cayssa Marcondes, para apresentar a proposta de decreto.

A Coordenadora iniciou sua fala agradecendo a participação online dos membros do GT-P2R2.

De forma geral, a proposta de decreto está estruturada em 12 capítulos:

- Art. 1º Finalidade e Conceito
- Art. 2º Princípios
- Art. 3º Objetivos
- Art. 4º Diretrizes
- Art. 5º Implementação
- Art. 6º Instrumentos
- Art. 7º Plano Nacional P2R2
- Art. 8º Monitoramento, Avaliação de Revisão do Plano
- Art. 9º Coordenação da Implementação do Plano
- Art. 10. Dados e Informações sobre a Implementação
- Art. 11. Financiamento
- Art. 12. Produtos Radioativos e Explosivos

A ementa da proposta de decreto institui a estratégia nacional de prevenção, preparação e resposta rápida a emergências ambientais com produtos perigosos (EP2R2). A lógica foi que, dentro dessa estratégia nacional, haverá o plano nacional do P2R2, a ser elaborado após publicação do decreto.

A finalidade da estratégia nacional seria coordenar a atuação do poder público, setor privado e sociedade civil na prevenção à ocorrência de emergências com produtos perigosos e no aprimoramento do sistema de preparação e resposta a essas emergências no país. Seria implementada pela União, em cooperação com os Estados, Distrito Federal e Municípios, as organizações da sociedade civil, o setor privado, as instituições acadêmicas e a comunidade.

A *Coordenadora-Geral de Qualidade Ambiental* destacou que o instrumento central da proposta é o plano nacional P2R2, que dará o tom de toda a estratégia.

Diante desse contexto, as atribuições da Conasq seriam três: aprovar a minuta de decreto que institui a estratégia nacional P2R2, a ser encaminhada à Casa Civil; atualizar e detalhar o Plano Nacional P2R2, por meio do GT-P2R2; e apreciar o relatório nacional de implementação do plano, acompanhados do parecer do GT-P2R2.

O prazo fixado para a elaboração do plano é de 180 dias contados a partir da disponibilização do decreto.

A *Coordenadora-Geral de Qualidade Ambiental* informou que a minuta de decreto foi encaminhada aos membros da Conasq no dia 21/11 com prazo para comentário até 01/12. Foram recebidos comentários da Toxisphera, ACPO, Fundação Grupo Esquel Brasil e Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD).

A Toxisphera encaminhou questionamento quanto ao locus de governança da Estratégia e do Plano Nacional P2R2 e a recriação da Comissão Nacional. Sobre isso, a *Coordenadora-Geral de Qualidade Ambiental* esclareceu que a criação do GT-P2R2, no âmbito da Conasq, otimiza e integra a atuação em relação ao tema das emergências ambientais com produtos perigosos. O processo de elaboração do Plano Nacional P2R2 poderá contribuir nessa reflexão sobre o aprimoramento dessa governança.

As sugestões encaminhadas pela ACPO referiram-se à inclusão de conceito para “produtos químicos”; a inclusão de conteúdo para o Plano (fichas de risco); e à integração com normas para emergências com produtos radioativos e inflamáveis. Essas contribuições foram acatadas na totalidade, com alguma adequação de forma.

As contribuições encaminhadas pela Fundação Grupo Esquel ocorreram no sentido de complementações para clarificar alguns artigos da minuta. As considerações foram acatadas em sua maioria. A contribuição não acatada se referiu à menção à identificação de “responsabilidade civil e penal” na gestão de emergências, considerando que se trata de tema fora da competência do Poder Executivo.

Por fim, as contribuições encaminhadas pelo CENAD estavam relacionadas ao alinhamento da Estratégia com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, garantindo que a Estratégia possa se beneficiar da estrutura operacional e da experiência do CENAD em gerenciamento de crises e emissão de alertas. Essas contribuições foram acatadas na totalidade, com alguma adequação de forma.

Sobre os próximos passos, a *Coordenadora-Geral de Qualidade Ambiental* explicou que, após a apreciação da Conasq, a minuta, junto com um parecer de mérito, seguirá para análise da Consultoria Jurídica do MMA. Em seguida, será colhida a anuência dos órgãos para, então, o

pacote de documentos ser encaminhado à Casa Civil. A expectativa é que o Decreto seja publicado no primeiro semestre de 2026.

O representante da Fundação Grupo Esquel Brasil, Rubens Born, esclareceu sua proposta de redação e questionou os motivos que levaram a Consultoria Jurídica do MMA a rejeitar parte da proposta feita pela Fundação.

A Coordenadora-Geral de Qualidade Ambiental explicou que pode ter havido erro no entendimento da proposta. Disse que a sugestão seria incorporada ao texto.

O representante do CENAD, Armin Braum, destacou a importância da coordenação entre os órgãos na questão das emergências ambientais e colocou o Centro à disposição para ajudar com essas questões com o compartilhamento de experiências.

O representante da ACPO, Jeffer Castelo Branco, agradeceu pelos esforços empregados na elaboração da minuta. Indicou que o RETP poderia ser uma ferramenta complementar e a Comissão poderia empregar esforços para avançar com este assunto também.

A Coordenadora-Geral de Segurança Química, Camila Boechat, concordou com a fala. Disse haver novidades: há uma minuta de resolução que será, em breve, submetida ao Conama.

O representante da Fundação Grupo Esquel Brasil, Rubens Born, questionou se o texto a ser aprovado em plenária seria a versão atualizada já com as emendas.

A Coordenadora-Geral de Qualidade Ambiental explicou que o texto já incorporava as emendas, com exceção do que foi apresentado pela Fundação Grupo Esquel Brasil. Indicou que o mérito da sugestão seria aprovado, mas que a equipe técnica precisaria trabalhar no texto.

A proposta de atualização do Decreto nº 5.098/2004 foi submetida à aprovação da plenária.

Não havendo objeções ou comentários adicionais, o texto ficou aprovado.

5. Participação da Abin

A Diretora de Qualidade Ambiental pediu licença para quebrar a ordem da pauta e convidar os representantes da Abin que compareceram à reunião para fazer a entrega do produto Mercúrio na Amazônia: redes criminosas transnacionais, vulnerabilidade socioambiental e desafios para a governança ([link](#)).

O diretor do Departamento de Inteligência Interna da ABIN, Esaú Feitosa, disse que a agência tem feito um esforço muito grande para dar transparência ao trabalho executado.

O trabalho foi iniciado quando se identificou uma lacuna entre a diminuição do fluxo comercial de mercúrio, mas manutenção das consequências da utilização no mercúrio para as comunidades indígenas.

6. Aprovação do Grupo de Trabalho Temporário dos Estados para Implementação Projeto PCB Responsável

Foi dada a palavra à Diretora de Qualidade Ambiental, para relatar o progresso das atividades do GTT.

A necessidade de se criar um grupo de trabalho técnico foi identificada pela equipe do projeto PCB – institucionalizar isso trata-se de uma das metas do projeto. O termo de referência

foi encaminhado aos membros da Conasq no dia 27/11. Não foram recebidas contribuições, mas realizamos um pequeno ajuste no Termo de Referência, conforme solicitado pela equipe do projeto.

O GT é um grupo técnico, com servidores com competência técnica para apoiar o próprio estado ou outros estados na implementação do plano para gestão de PCBs até 2028. A *gerente do projeto PCB, Angélica Griesinger*, explicou o ajuste feito no Termo de Referência foi em relação à forma de definição de membros, com uma manifestação de interesse e avaliação de competência técnica.

O *representante do MDIC, Washington Bonini*, informou não haver objeções quanto ao mérito da proposta, apresentando, contudo, observações relativas ao Termo de Referência (TdR), especialmente quanto à necessidade de refinamento técnico no faseamento do documento, melhor definição do escopo, estabelecimento de prazos e esclarecimento acerca da quantidade de membros por estado.

A *representante da Abema, Herllaine Rangel*, manifestou compreensão quanto à relevância da temática e aos objetivos do GT. Indicou que, nos estados, há potenciais representantes que poderiam ser indicados para compor o grupo de trabalho e ressaltou a conveniência de que os servidores responsáveis pelo fornecimento de informações sobre as metas integrem o GT. Concluiu afirmando que sua fala foi manifestação de apoio, acompanhada dessas considerações.

A *Coordenadora-Geral de Segurança Química, Camila Boechat*, esclareceu que o grupo de trabalho seria temporário, dados os prazos estabelecidos pela Convenção de Estocolmo para eliminação de PCBs até 2028.

A Diretora de Qualidade Ambiental concordou com as ponderações feitas.

Com isso, o Termo de Referência ficou aprovado *ad referendum*.

7. Comitê de Assessoramento do Pronara - Indicação de membros da Sociedade Civil

O *vice-coordenador* introduziu o tema: o Comitê de Assessoramento do PRONARA foi criado pela Portaria SG/PR Nº 199, de 25 de setembro de 2025. O Comitê é de caráter permanente e consultivo e tem como objetivo orientar e acompanhar a implementação do Pronara.

A portaria estabelece que o Comitê poderá ser composto por representantes das organizações da sociedade civil, órgãos colegiados de participação social, órgãos e entidades que serão designados em resolução própria do Comitê Gestor do Pronara.

Foi dada a palavra à *Chefe de Divisão de Segurança Química, Marília Passos*, para fazer a explicação do assunto.

Em sua 3ª Reunião, realizada em 06 de novembro de 2025, o Comitê Gestor Interministerial do Pronara acordou a indicação de 16 (dezesesseis) entidades e organizações para a composição do Comitê de Assessoramento, dentre elas a Conasq.

A Secretaria-Executiva se reuniu com os representantes deste setor na Comissão – ACPO, Toxiphora e Fundação Grupo Esquel Brasil – para solicitar que eles se articulassem para indicar representantes titular e suplente.

Essas entidades chegaram ao seguinte consenso quanto às indicações:

- Titular: Zuleica Nycz

- Suplente: Jeffer Castelo Branco

As indicações foram submetidas à aprovação da plenária e, não havendo objeções, ficou aprovada.

8. Informes

8.1 Eleições Conasq 2025

O edital das eleições da Conasq já foi elaborado, seguindo os mesmos moldes do edital utilizado nas eleições de 2023, e foi encaminhado para apreciação da Consultoria Jurídica e aprovado. No momento, estão sendo realizados apenas os ajustes finais na plataforma onde ocorrerá a votação.

O cronograma esperado para as eleições é o seguinte:

- 12/01/2026: Publicação do edital de convocação 2025
- 12/01 a 23/01/2026: Preenchimento de formulário pelas entidades com manifestação de interesse em participar do processo eleitoral
- 27/01/2026: Publicação da lista de entidades aptas a participarem do processo eleitoral
- 28 e 29/01: Período para interpor recursos sobre a lista dos inscritos
- 02/02/2026: Divulgação da lista das entidades inscritas e votantes
- 03/02 a 06/03/2026: Período de votação
- 11 a 13/03: Período de interposição de recursos do resultado da eleição
- 18/03: Divulgação do resultado final da eleição

O representante da Fundação Grupo Esquel Brasil, Rubens Born, comentou sobre o mecanismo de participação das ONGs no Conama. Lá, as ONGs possuem processo uma comissão eleitoral autônoma. Seria importante trazer essa experiência para a Conasq ou criar um mecanismo de participação eleitoral mais transparente.

O representante da Fundação Grupo Esquel Brasil, Rubens Born, demonstrou preocupação quanto ao prazo das eleições, por haver apenas dez dias corridos entre a publicação do edital e o início do preenchimento do formulário pelas entidades.

O representante do Conselho Federal de Química, Alexandre Vaz Castro, compartilhou da preocupação.

O vice-coordenador reconheceu a validade das preocupações.

A representante da Toxisphera, Zuleica Nycz, comentou sobre o Cadastro Nacional das Entidades Ambientalistas ([CNEA](#)). As próprias ONGs decidem sobre os cadastramentos. Para uma ONG entrar nesse cadastro precisa não apenas cumprir os requisitos da resolução Conama sobre o CNEA, mas, também, os requisitos éticos e morais da atuação das ONGs. Além disso, há a criação de uma Comissão eleitoral, que recebe o apoio do MMA como secretaria executiva. Questionou como ocorreria, nas eleições da Conasq, o processo de verificação das ONGs e quais seriam os critérios de verificação que as entidades possuem atuação na área de segurança química.

Sobre os prazos, a Diretora de Qualidade Ambiental se comprometeu a antecipar a publicação do edital, mantendo as datas apresentadas. Sobre a CNAE, disse que não seria pertinente adotá-lo, pois atrasaria o processo. O mandato atual das entidades se encerra no início de março.

Sobre a transparência, será gerado um relatório da CGTI que será anexado ao processo referente às eleições, o qual pode ser acessado por todos. A análise da documentação encaminhada durante o processo de eleições é feita pela equipe do MMA.

8.1 Trâmites minuta do Decreto da Lei nº 15.022/24

A minuta de decreto, acompanhada de parecer e exposição de motivos, foi encaminhada à Consultoria Jurídica do MMA, que ainda não retornou com suas considerações. Paralelamente, a minuta foi enviada a todos os órgãos afetos, com solicitação de anuência.

Até o momento, foram recebidas manifestações do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério da Saúde, do Ibama e da Fundacentro. O MMA aguarda as anuências do MDIC, da Anvisa e do Inmetro.

A *Diretora de Qualidade Ambiental* solicitou que os representantes destes órgãos se manifestassem quando ao andamento do processo.

A representante do MDIC, Ana Caroline Bellucci, explicou que o processo se encontra na Consultoria Jurídica, sendo necessário aguardar um retorno.

O representante da Anvisa, José Uires, informou que algumas áreas e uma diretoria já se manifestaram favoravelmente quanto a minuta. Falta o posicionamento da área de fiscalização.

Não havia participantes do Inmetro presentes na reunião.

A *Diretora de Qualidade Ambiental* agradeceu as atualizações e pediu que os representantes comunicassem internamente a importância de se publicar o decreto.

Quando todas as anuências forem recebidas, a minuta poderá ser encaminhada à Casa Civil.

8.2 RoHS no Conama

A minuta de Resolução RoHS foi submetida à consulta pública, que permaneceu aberta entre 11/08 e 24/09. Foram recebidas 183 contribuições, atualmente em avaliação pela equipe técnica. A previsão é de que a minuta seja pautada na Câmara Técnica de Qualidade Ambiental do Conama em janeiro e incluída como ponto de pauta na Plenária do Conama agendada para 11/03.

8.3 Projeto de Lei – Chumbo em tintas

O *vice-coordenador* informou que o Projeto de Lei nº 3.428/2023 Projeto avançou no dia 28/10 e se encontra na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

O andamento do Projeto de Lei pode ser acompanhado na página do Senado Federal ([link](#)).

8.4 CRC 21 e POPRC 21

Foi dada a palavra à *Chefe de Divisão de Segurança Química, Marília Passos*, para fazer o relato.

Sobre o CRC, foram analisadas 33 notificações aos países, tendo sido aprovadas as seguintes: Parationa-metílica – enviada pelo Brasil, Diclorvós, Clorotalonil, Fenamifós, Metiodicarbe, Diazinona, Metomil. Somente a parationa-metílica contava com 2 notificações PIC aprovadas e, portanto, seguirá para deliberação na COP. As demais substâncias deverão aguardar notificações de outros países.

Já o POPRC contou com o início da 5ª avaliação contínua da necessidade de PFOS, PFOSF e seus sais; também ocorreu a atualização das listas do PFOA e do PFHxS.

A proposta da Suíça para listar as PBDD/Fs e PBCDD/Fs (dibenzo-p-dioxinas e dibenzofuranos polibromados e dibenzo-p-dioxinas e dibenzofuranos mistos polibromados/clorados) no Anexo C não avançou, visto que o Perfil de Risco não foi aprovado – a China se opôs ao entendimento de que estes compostos tenham características de POPs. Mais informações deverão ser apresentadas no próximo POPRC para que o Perfil de Risco volte a ser analisado.

8.5 Acompanhamento do GFC

Foi dada a palavra à *Chefe de Divisão de Segurança Química, Marília Passos*, para fazer o relato.

Desde o Grupo de Trabalho Aberto do GFC, cujo relato foi dado na última reunião ordinária da Conasq, estão sendo disponibilizados uma série de documentos para ajudar os países na implementação do marco. Dentre os mecanismos de implementação, são destacadas duas questões: um ponto focal nacional e um plano de implementação nacional.

O [IOMC](#) vem trabalhando em programas de implementação, apontando os seguintes elementos necessários para isso: legislação e capacidades institucionais, fluxos de trabalho setoriais e incorporação da gestão sustentável de produtos químicos e resíduos nos principais processos de tomada de decisão.

Também estão sendo criados indicadores de mensurabilidade para avaliar o progresso e impacto do marco global.

Os programas de implementação (IPs) do GFC são três:

IP1 – Fortalecimento da Legislação e Capacidades Institucionais	IP2 – Engajamento do setor industrial e econômico nas cadeias de valor	IP3 – Integração de Químicos e Resíduos nas políticas de desenvolvimento
- Regulamentação - Fiscalização - Fortalecimento de instituições - Capacidade técnica	- Ações da indústria para soluções mais seguras - Transparência nas cadeias de suprimentos	- Integração em planos de desenvolvimento nacional - Coerência com clima, biodiversidade e saúde - Políticas Intersetoriais

A primeira Conferência das Partes do GFC deve ocorrer entre 15 e 20 de novembro de 2026, em Genebra, na Suíça.

Nesse contexto, o objetivo do Departamento de Qualidade Ambiental é realizar, em 2026, uma oficina com as principais partes interessadas para mapear o que já existe no Brasil e elaborar uma estratégia nacional para implementação do marco.

8.6 Projeto GFC – 2ª rodada

O *vice-coordenador* informou que foi aberta a segunda rodada de submissões para o GFC. Nesta etapa, o processo é mais simplificado, não sendo necessária a apresentação da proposta completa do projeto, mas apenas de uma nota conceitual contendo os principais objetivos e produtos esperados.

O projeto está sendo elaborado em parceria com a Pure Earth. O objetivo é captar recursos para a implementação da RoHS e para o desenvolvimento de ações relacionadas à gestão do chumbo no Brasil.

O prazo para submissões é 15 de novembro de 2025.

A *representante do MAPA, Marina Veras*, questionou se o projeto seria o mesmo que foi apresentado durante a primeira rodada.

A *Diretora* explicou que não; o escopo da proposta de projeto foi reduzido, com foco na RoHS. Disse que, para uma rodada futura de aplicações, poderia receber contribuições dos membros da Conasq.

9. Atualizações dos Projetos do MMA em segurança química:

Devido ao tempo reduzido, ficou acordado que o relato seria feito por e-mail pela secretaria executiva da Comissão.

Os subitens abaixo compilam o que foi encaminhado para todos por e-mail

9.1 Special Programme: Fortalecimento da capacidade institucional para o Gerenciamento Ambientamente Adequado de Substâncias Químicas no Brasil

A contratação do consultor responsável pelo benchmarking do projeto foi concluída. O contrato estará vigente entre setembro e dezembro deste ano. Ao longo desse período, o consultor deverá entregar quatro produtos principais:

- a) um documento contendo um estudo comparativo de sistemas eletrônicos de registro, inventário e controle de substâncias químicas existentes internacionalmente, abrangendo, no mínimo, Canadá, Austrália, União Europeia, Estados Unidos, Chile e Colômbia;
- b) um documento com o levantamento de sistemas nacionais e subnacionais de controle que possam oferecer informações relevantes para a gestão de substâncias químicas;
- c) um relatório sobre as necessidades nacionais relacionadas ao desenvolvimento do sistema de gestão de substâncias químicas, incluindo possíveis aprimoramentos dos sistemas já existentes; e
- d) um documento apresentando os requisitos para o desenvolvimento dos módulos do sistema, acompanhado da apresentação dos resultados em reunião interinstitucional.

Paralelamente, uma equipe da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) do MMA está trabalhando em parceria conosco para desenvolver as telas do sistema, tomando como referência os produtos do consultor e os insumos fornecidos pela nossa equipe.

9.2 Projeto IICA: revisão do Inventário de Dioxinas e Furanos

Um consultor foi contratado para auxiliar na elaboração do inventário.

O primeiro produto da consultoria consistiu em um levantamento dos stakeholders dos quais seria necessário coletar informações, etapa já concluída.

As perguntas do Toolkit da Convenção de Estocolmo foram adaptadas para um formulário eletrônico, com o objetivo de facilitar o preenchimento e padronizar a coleta de dados pelos diferentes setores. O formulário está aberto para recebimento de contribuições desde outubro.

Como parte das ações de engajamento, foi realizado, no dia 07/11, o webinar “Inventários de Emissões de Poluentes - processo de elaboração e esclarecimentos”, destinado a apresentar o processo de construção do inventário, esclarecer dúvidas dos stakeholders e incentivar a participação de todos. O consultor entregará a versão preliminar do inventário o dia 10 deste mês.

9.3 Projeto Mercúrio em Cimenteiras

Este projeto foi proposto ao Secretariado do Programa Internacional Específico (SIP, sigla em inglês) da Convenção de Minamata sobre Mercúrio, com o valor total orçado em 262.500 mil dólares (incluindo 240 mil dólares de doação internacional), duração de dois anos e meio, e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) como agência executora.

O próximo passo é atender a análise jurídica, concluída em novembro passado, que orientou o DQA/SQA/MMA a consultar formalmente a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para esclarecer o tipo de instrumento a ser celebrado, a fim de respaldar o recebimento do recurso e o início do projeto.

9.4 Projeto SIP de Mercúrio

O *vice-coordenador da Conasq* lembrou que a planilha de acompanhamento do GFC havia sido enviada no dia 24 de fevereiro, por meio de Ofício, com prazo para devolutiva no dia 20 de março. O prazo foi posteriormente prorrogado para o dia 28 de março.

No ofício, havia sido solicitado que as contribuições fossem encaminhadas por e-mail e que, após análise do documento; caso algum membro julgasse que a planilha não se aplicasse a sua instituição, deveria formalizar esse entendimento também por e-mail. Ninguém se manifestou nesse sentido.

Foram recebidas contribuições do Ministério da Saúde e das ONGs. O MDIC sinalizou dificuldade de preencher a planilha e a ABEMA havia informado que estava aguardando resposta de consulta feita a ao Instituto Estadual do Ambiente.

Após compilação das contribuições recebidas, a equipe técnica entendeu que a metodologia escolhida não estava adequada, havendo dificuldade em visualizar o documento de forma rápida e otimizada, como foi inicialmente idealizado.

Por isso, a planilha foi reformulada e os assuntos reagrupados por áreas.

O documento será reenviado com novo prazo para devolutiva: 15/08.

9.5 Projeto Mercúrio em Cloro-álcalis

Este projeto, com duração prevista de 60 meses a partir da assinatura, foi proposto com o valor total de US\$ 13.080.000,00 (incluindo a concessão do GEF no valor de US\$ 12.000.000,00). Antes de ser submetido ao GEF pelo PNUMA, em novembro passado, ele foi ajustado para abarcar demandas relacionadas à gestão e disposição ambientalmente adequada do mercúrio apreendido no Brasil, já que a insuficiência de recursos da oitava rodada do GEF levou-o a rejeitar o projeto que trataria especificamente desta questão. O próximo passo é aguardar a devolutiva do GEF com prováveis questionamentos.

9.6 Processo de elaboração do Inventário de emissões do mercúrio (MMA)

Os ofícios a instituições e pessoas chave foram enviados, solicitando novos dados desde 2019, e reuniões de alinhamento com essas pessoas foram realizadas em 18, 19 e 24 de novembro passado. A devolutiva desse primeiro contato está sendo aguardada até 19 de dezembro.

Haverá uma nova rodada de solicitação de informações, focada nos órgãos estaduais de meio ambiente e outras instituições e pessoas relevantes, que iniciará em dezembro e terminará em janeiro de 2026. Em fevereiro, planeja-se o início da análise dos dados reunidos até então.

9.7 Projeto PCB Responsável

O Projeto PCB Responsável é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasil), com financiamento do Global Environment Fund (GEF). O objetivo principal é apoiar o Brasil na destinação ambientalmente adequada de equipamentos e resíduos contaminados com Bifenilas Policloradas (PCBs, também conhecidas como “ascarel”), cumprindo os compromissos do país firmados na Convenção de Estocolmo.

Os principais objetivos e escopo do projeto são:

- Fortalecer instituições governamentais e partes interessadas brasileiras para lidar com PCBs.
- Aprimorar a gestão ambientalmente adequada de PCBs — desde o mapeamento (inventário), passando pelo monitoramento, até a destinação final segura.
- Auxiliar na destinação ambientalmente correta de um grande estoque nacional de equipamentos e resíduos contaminados com PCBs.
- Produzir e disseminar conhecimento técnico, regulatório e prático sobre PCBs — manuais, guias, boas práticas, comunicação e suporte a detentores de PCBs.

As ações e avanços recentes são os seguintes:

- 654
- 655
- 656
- 657
- 658
- 659
- 660
- 661
- 662
- 663
- 664
- 665
- 666
- 667
- Para auxiliar na identificação e destinação de PCBs, o projeto concluiu o Inventário Nacional de PCB (SINIR-PCB) em novembro de 2024, acessível via pcb.sinir.gov.br — onde empresas e instituições devem declarar a presença de PCBs.
 - Oferece apoio técnico e financeiro para destinação segura: instituições com equipamentos contaminados podem obter recursos proporcionais à quantidade de PCBs eliminados, mediante documentação conforme regulamento do projeto.
 - Realiza ações de capacitação técnica — webinários, treinamentos presenciais e atendimento por help-desk — destinados especialmente a empresas, entidades públicas e privadas, órgãos ambientais estaduais, visando orientar sobre identificação, inventário e destinação segura de resíduos contaminados com PCBs.
 - Incentiva a articulação entre instâncias federal, estaduais, setoriais e interessadas (empresas, concessionárias, órgãos ambientais) para mapear, gerenciar e eliminar o legado de PCBs no Brasil.

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

Além disso, entre 31 de outubro e 28 de novembro de 2025, o MMA, o PNUD Brasil e a CETESB realizaram um curso híbrido para capacitar gestores e técnicos estaduais na gestão adequada de PCBs, por meio do Projeto PCB Responsável, em alinhamento com a Convenção de Estocolmo.

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

O treinamento combinou módulos virtuais e uma etapa presencial em Brasília-DF para abordar desde a legislação e toxicologia até práticas operacionais de manuseio e transporte.

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

O objetivo central da iniciativa foi fortalecer a competência técnica e a governança ambiental no país, assegurando a eliminação segura e a destinação final adequada desses poluentes em todo o território nacional.

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

Participaram do evento 44 técnicos e gestores estaduais, de 23 Unidades da Federação.

680

681

682

683

684

685

686

687

Os próximos passos incluem o acompanhamento do projeto por um consultor internacional e a elaboração de um guia operacional para prática de manutenção de equipamentos. Cabe destacar, ainda, os seguintes projetos pilotos previstos:

- 683
- 684
- 685
- 686
- 687
- Projetos-piloto (3) para instalações de descontaminação de transformadores contaminados com PCBs - validar arranjo da proposta
 - Projetos-piloto (2) de Descontaminação
 - Projeto-piloto (1) de novo processos para destruição de PCBs - identificação de novo processo

688

689

690

691

9. Calendário de reuniões 2026

689

690

691

A Secretaria Executiva apresentou proposta de calendário para as reuniões da Conasq 402 para o ano de 2026.

691

Ficou aprovado o seguinte cronograma:

7ª reunião ordinária	03/03/2026
8ª reunião ordinária	12/08/2026
9ª reunião ordinária	03/12/2026

692

9. Encerramento

693 Em não havendo mais nada a ser tratado o *vice-coordenador* agradeceu a presença de
694 todos, desejou feliz natal e boas festas e encerrou a reunião.

695 **10. Resumo dos Encaminhamentos:**

- 696 1) A Secretaria Executiva da Conasq tentará antecipar a publicação do edital das eleições da
697 Conasq;
- 698 2) A Secretaria Executiva da Conasq encaminhará, por e-mail, o relato do andamento dos
699 projetos sobre segurança química do MMA;
- 700 3) A Secretaria Executiva da Conasq incorporará as alterações solicitadas no Termo de
701 Referência do Grupo de Trabalho Temporário dos Estados para Implementação Projeto
702 PCB Responsável e encaminhará para os membros da Comissão via e-mail.